



MINUTA DE ATA PROVISÓRIA – DEPENDE DE APROVAÇÃO NA PRÓXIMA SESSÃO

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO COORDENADORA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
ATA DA XIII REUNIÃO ORDINÁRIA
08 de outubro de 2007**

1. Presenças

1.1 Membros Titulares e/ou Suplentes presentes

Egon Krackekhe – Ministério do Meio Ambiente
Carlos Hugo Suarez Sampaio – Ministério da Justiça
Cel. de Engenharia Salomão Kiermes Tavares – Ministério da Defesa
Paulo César Garcia Brandão – Ministério da Defesa
João Antônio Fagundes Salomão – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Sérgio Figueiredo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Christina Elisabeth Paes de Vasconcelos – Ministério de Minas e Energia
Jairo Rodrigues da Silva – Ministério dos Transportes
Emmanuel Lopes Tobias – Ministério dos Transportes
Lívia Carvalho Bergamaschine – Ministério do Desenvolvimento Agrário
André Arantes – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Mauro C. Nogueira do Nascimento – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Wilson Torres Filho – Ministério da Integração Nacional

1.2 Convidados e Demais Participantes

Roberto Vizentin – Ministério do Meio Ambiente
Marcos Estevan Del Prette – Ministério do Meio Ambiente
Eufra Ferreira do Amaral – Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Acre
Rodrigo Alves – Procuradoria Geral da República do Estado do Acre
Magaly Medeiros – Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado do Acre
Tauana Monteiro Guedes dos Santos – Ministério Extraordinário de Ações Estratégicas
Ariel Pares - Ministério Extraordinário de Ações Estratégicas
Jean Pierre Leroy – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE
Ricardo Takemitsu Simabuku – Ministério de Minas e Energia
Daniellen do Amaral – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio
Marina G.B. Scalon – Ministério de Minas e Energia
Leonel Teixeira – Ministério do Meio Ambiente
Antônio Edson Guimarães Farias – Ministério de Minas e Energia
Sandra Helena S. Rangel – Petrobrás
Nilo Diniz – Ministério do Meio Ambiente
Marta Marques Magalhães – Ministério dos Transportes
Mariana Alvarenga do Nascimento – Ministério do Meio Ambiente
Jacobson Rodrigues – Ministério do Meio Ambiente
Cristophe Balmant – Ministério do Meio Ambiente
Alexandre Duarte – Ministério do Meio Ambiente
Edicarlos Gomes de Sousa – Ministério do Meio Ambiente
Paulo Rogério de Paiva Gomes – Ministério do Meio Ambiente



2. Pauta

- Apresentação do novo Secretário a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico
- Apresentação do ZEE do Estado do Acre – Governo do Acre
- Painel: Dinâmica Socioeconômica e Transformações Territoriais no Brasil: uma análise a partir do projeto Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil na escala de 1:1.000.000
- Informes

3. Desenvolvimento dos Trabalhos

3.1. Abertura

Os trabalhos tiveram início às 09:10 hs, com a presença de 06 (seis) membros titulares, acompanhados de 3 (três) suplentes. As deliberações foram realizadas com a presença de todos os membros relacionados no item 1.1.

O Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Sr. Egon Krackekhe apresentou a nova estrutura do Ministério do Meio Ambiente, após a reforma ministerial, e as novas orientações para as atividades e projetos. Comentou acerca das novas preocupações da Secretaria, enfatizando o tema da governabilidade do poder público em relação ao processo da nova dinâmica territorial brasileira, acelerado com a expansão da cultura da cana-de-açúcar, indicando o propósito de compartilhar essa preocupação com a CCZEE.

A seguir, passou à leitura da pauta, transmitindo a coordenação dos trabalhos para o Diretor de Zoneamento Territorial, Sr. Roberto Vizentin.

3.2. Apresentação do ZEE Acre

O ZEE Acre foi apresentado pelo Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Acre, enfatizando os seguintes aspectos:

- O fato de o território do Estado ser de uma “floresta povoada” e ter apenas 11% de área desmatada;
- A diversidade de escalas do ZEE que teve uma Fase I, na escala 1:1.000.000, uma Fase II, na escala 1:250.000, e uma fase a seguir voltada para ordenamento local;
- O desenvolvimento de parcerias na realização da Fase II, que diminuiu os custos do projeto;
- A articulação do ZEE com as demais políticas públicas estaduais;
- A ampla participação da sociedade civil e o engajamento dos órgãos públicos na realização do projeto.

Com a abertura do debate, o representante do Ministério dos Transportes, Sr. Jairo Rodrigues da Silva, perguntou sobre a relação entre a abertura ou reforma de rodovias, notadamente a BR317, e as Unidades de Conservação, sobretudo quanto às necessidades de acesso a material de empréstimo e outros produtos (jazidas) como brita e areia.

O Secretário do Acre, Sr. Eufran Amaral argumentou que a construção de estradas no Acre é um desafio pela dificuldade de acesso à brita, embora haja presença maior de areia, o que aumenta os custos. Entretanto, menciona que o eixo Rio Branco – Cruzeiro do Sul é de consolidação da



ocupação.

O representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. João Salomão indagou sobre os níveis efetivos de participação da sociedade civil; sobre o uso efetivo do ZEE quanto às previsões normativas; e às dificuldades de expansão da agropecuária.

Secretário do Acre, Sr. Eufnan Amaral, afirmou que o ZEE é base de decisão e que sua obrigatoriedade somente é aplicada após legislações específicas do Poder Legislativo, tendo havido um amplo pacto social entorno da ocupação territorial, com representantes de diversos segmentos sociais e que a opção do estado do Acre é pelo uso sustentável da floresta, de acordo com as peculiaridades regionais, sendo que a agropecuária poderia ser intensificada apenas na zona 1.

O representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Sérgio Figueiredo, indagou acerca da relação entre o ZEE e os demais instrumentos de política territorial, notadamente o zoneamento agrícola e o plano de ordenamento territorial, bem como sobre a resposta aos impactos relativos à saída para o Pacífico, com o aumento da demanda por recursos naturais, fluxos de mercadorias e de pessoas.

O Secretário do Acre, Sr. Eufnan Amaral, respondeu que o ZEE é um instrumento que visa à promoção do desenvolvimento e não apenas garantir salvaguardas ambientais, sendo, portanto, uma referência para o zoneamento agrícola e para os planos locais de ordenamento territorial. Quanto aos impactos da saída para o Pacífico, mencionou o processo de elaboração de um plano de mitigação de efeitos em parceria com os governos do Peru e da Bolívia, voltado para a gestão integrada na área de fronteira.

O representante do Ministério da Justiça, Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio, após comentar sobre os impactos da alocação de várias infra-estruturas associadas à BR 317, cuja implantação ocorrerá a médio prazo e não de forma concentrada, indagou sobre as relações transfronteiriças, com implicações para a segurança nacional, tais como a existência de áreas protegidas do lado brasileiro sem correspondência do outro lado.

O Secretário do Acre, Sr. Eufnan Amaral, argumentou que quase a totalidade do território do Acre se insere em faixa de fronteira e que essa é uma preocupação constante para a gestão territorial, tanto em relação aos países estrangeiros, quanto em relação aos demais estados limítrofes.

O representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. André Arantes, indagou acerca da questão da terra, principalmente sobre a existência de cadastros fundiários e a articulação entre o ZEE e a identificação de áreas devolutas.

O Secretário do Acre, Sr. Eufnan Amaral, respondeu que a base cadastral utilizada é a do INCRA, havendo levantamento parcial das terras devolutas. O Instituto de Terras do Acre – Iteracre está iniciando a implantação do cadastro, pois ele é condição para a regularização do passivo ambiental da propriedade. Nesse sentido, o ZEE tem condições de fazer o indicativo de uso por grandes áreas, a partir de sua base de dados, orientando os trabalhos específicos de detalhamento quanto à identificação de terras devolutas e da regularização do passivo ambiental.

A representante do Ministério de Minas e Energia, Sra. Christina Elisabeth Paes de Vasconcelos manifestou a preocupação com a obrigatoriedade do ZEE, mencionando a necessidade de se evitar a ilegalidade de ações incompatíveis com o que prescrever os projetos.

O representante do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Roberto Vizentin ressaltou que o ZEE Acre é a expressão de um projeto de desenvolvimento, opção da sociedade acreana, baseado na dinâmica

econômica do estado e que isso conduz a real efetividade do ZEE, com ampla articulação com as políticas públicas. Nesse sentido, o poder público tem todas as condições e legitimidade para transformar os indicativos e as orientações do ZEE em normas e legislação específica, se assim entender.

A seguir, o coordenador do Programa ZEE, Sr. Marcos Estevan Del Prette, passou à leitura da Nota Técnica nº 037/2007/DZT/SDR/MMA, de 08 de outubro de 2007, parecer a ser inserido ao Processo nº 2000.002090/2007-83. Leu, também, o parecer de apoio emitido pela CPRM – Serviço Geológico do Brasil, contendo sugestões de aperfeiçoamento para as fases posteriores de detalhamento nos planos locais de ordenamento. Ambos os pareceres recomendaram a aprovação do ZEE Acre.

Por fim, foram feitas as seguintes sugestões por parte dos membros da Comissão:

A representante do Ministério de Minas e Energia, Sra. Christina Elisabeth Paes de Vasconcelos, sugeriu a rotinização dos procedimentos da CCZEE e disponibilização aos membros da apresentação do Estado do Acre em meio digital.

O representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. João Antônio Fagundes Salomão sugeriu a inserção no item 5.1. do Parecer a “Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional”, ficando com a seguinte redação: “O ZEE Acre atende aos requisitos técnico-operacionais estabelecidos pelas Diretrizes Metodológicas da Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional, pela Coordenação Nacional do Programa ZEE e pelo Consórcio ZEE Brasil”.

O representante do Ministério da Justiça, Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio, sugeriu o encaminhamento do processo ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA em caráter de urgência.

O representante do Ministério da Defesa, Sr. Paulo César Garcia Brandão, sugeriu ao Estado a inserção nos mapas da faixa de fronteira.

Submetido à votação da plenária, o ZEE Acre foi aprovado por aclamação.

3.3. Painel: Dinâmica Socioeconômica e Transformações Territoriais no Brasil: uma análise a partir do projeto Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil na escala de 1:1.000.000

O Coordenador do Programa ZEE, Sr. Marcos Estevan Del Prette, apresentou o Projeto Macro ZEE Brasil, contextualizando o papel do debate sobre as Dinâmicas Territoriais Brasileiras para o projeto mais geral e suas implicações para o projeto em gestão de Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A seguir, ocorreu a exposição da Dra. Adma Haman de Figueiredo, do IBGE, sobre as dinâmicas socioeconômicas e as transformações do território nacional, elencando os principais temas associados, tais como a fronteira agropecuária, a organização de uma rede urbano-regional, as alocações de infra-estrutura e o quadro ambiental. A Dra. Adma de Figueiredo ressaltou o potencial de fragmentação do território nacional pela dinâmica do mercado mundial, bem como o potencial de desenvolvimento do país em função da sua diversidade ambiental e cultural. Concluiu pela importância em se desenvolver instrumentos de gestão territorial, uma vez que o enfoque territorial, por meio da transversalidade entre políticas públicas que regulam o território, é uma demanda premente no estágio atual.

Seguiu-se o debate com as observações do Prof. Jean Pierre Leroy, representante da FASE, e do Dr.

Ariel Pares, representante do Ministério Extraordinário de Ações Estratégicas. O Prof. Jean Ribeiro fez observações sobre o processo territorial brasileiro, enfatizando algumas preocupações quanto aos instrumentos de gestão, dentre os quais, a necessidade de ampliar a participação da sociedade civil, a necessidade de uma gestão integrada permanente, sem priorização de demandas setoriais episódicas, bem como a necessidade de uma perspectiva multi-escalar, integrando nas visões estratégicas as especificidades locais. Deve-se prestar atenção às várias alternativas de desenvolvimento postas pela sociedade e respeitá-las de modo equitativo. Os indicativos de uso do território precisam ser uma construção política, em parceria com os atores sociais, e não uma pré-determinação técnica sobre "vocações" territoriais. Outro aspecto relevante para a implantação do ZEE diz respeito à questão fundiária, uma fonte constante de conflitos, tanto na Amazônia, quanto no sul-sudeste do Brasil, onde aparentemente isso teria sido resolvido. Exemplifica com o caso dos faxinais no Paraná e de mais de 480 conflitos mapeados somente no Estado do Rio de Janeiro, um estado de território pequeno.

O Dr. Ariel Pares fez observações sobre as relações entre o planejamento territorial e o ZEE. Os conceitos entre ZEE, planejamento e as ações dos setores precisam ser mais claras e esses processos precisam ter maior inter-relação tanto entre si (horizontal), quanto entre os níveis da administração pública (federal, estadual, municipal), no sentido vertical. Há uma demanda por instrumentos multi-escalares, uma vez que neste nível vertical há amplas inadequações quanto às políticas públicas. Exemplifica com a ausência de bases cartográficas, ferramenta fundamental do planejamento territorial, que transcenda das escalas menores às escalas de detalhe. Quanto à dinâmica territorial brasileira, há uma excessiva concentração de população no litoral e um vazio a oeste, demandando um novo debate sobre o desenvolvimento regional, não apenas como gerador de riquezas, mas também como distribuidor. Desta forma, o papel das infra-estruturas ganha uma outra relevância, uma vez que elas precisam deixar de ser empreendimentos em si mesmos, mas fator de desenvolvimento e distribuição de riquezas. Para tanto, é preciso pensar o país 20 ou 30 anos à frente, fazer prospecções. Mesmo assim, não há garantias, como no caso da BR 163, que pode começar bem, mas acabar mal. Reforça, ainda, esse papel dos empreendimentos de infra-estrutura em nível continental, na perspectiva de uma integração sulamericana e da gestão transfronteiriça.

3.4. Informes

Foram dadas informações sobre os seguintes temas:

a) Zoneamento Agroecológico da Cana: projeto em elaboração pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sob a responsabilidade da Embrapa, a ser realizado em parceria com o Ministério do Meio Ambiente.

b) Audiência Pública na Subcomissão de Reserval Legal e Zoneamento Ecológico-Econômico: promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizada em 18 de setembro de 2007, requerida pelo deputado Jorge Khoury (DEM/BA), presidente da Subcomissão. Participaram o diretor do Departamento de Zoneamento Territorial do Meio Ambiente, Roberto Vizontin, o coordenador do Programa ZEE, Marcos Estevan Del Prette, o gerente executivo de Competitividade Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Maurício Otávio Mendonça Jorge, o assessor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Justus de Brito, o pesquisador sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Paulo Gonçalves Barreto.

c) Oficina do MacroZEE: a ser realizada em 30 e 31 de outubro, a oficina tem por objetivo debater as dinâmicas socioeconômicas e as transformações territoriais recentes no país, bem como propor uma agenda de discussão sobre os instrumentos a serem articulados ao ZEE. Os artigos



preliminares, gerados por esse debate, deverão ser inseridos no DVD – Sistematização de Informações, Versão 2.0, a ser lançado em dezembro de 2007. Na ocasião, foi proposto um debate conjunto na Comissão sobre projeto de lei do ZEE.

d) Tramitação da Revisão do Decreto nº 4297/2001

Após a 2ª Reunião Extraordinária de 16 de outubro de 2006, a proposta de revisão do Decreto nº 4297/2001 foi enviada à Casa Civil da Presidência da República. Após solicitações de esclarecimentos, a Casa Civil recomendou a elaboração de uma nova versão que indicasse as alterações apenas nos pontos demandados como objeto da revisão. Atendida a solicitação, o processo foi reenviado à Casa Civil.

4. Encaminhamentos

4.1. Realização de Reunião da CCZEE dia 09.11, com a seguinte pauta preliminar:

- Apreciação da Ata da Reunião Extraordinária de 16 de outubro de 2006;
- Apresentação proposta projeto preliminar MacroZEE Brasil;
- Debater estratégias para a participação da CCZEE na formulação de projeto de lei sobre ZEE em tramitação na Câmara Federal;
- .

4.2. Envio de cópia do processo de revisão do Decreto 4297/2001;

4.3. Envio do planejamento da Oficina de debate sobre os artigos do MacroZEE Brasil

4.4. Envio da apresentação em PowerPoint do ZEE Acre.